

---

# A IGREJA CATÓLICA E A QUESTÃO SOCIAL

LUIZ ALBERTO GÓMEZ DE SOUZA

*Diretor Executivo Substituto do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais*

**A**s igrejas cristãs têm uma história antiga de apoio assistencial e de doutrinas sobre a caridade e a justiça social. Entretanto, o tema da questão social, tal como conhecido hoje, surgiu a partir da revolução industrial, no final do século XVIII, das lutas sociais na Inglaterra e logo depois na França, na Bélgica e na Alemanha. Começam então as mobilizações operárias e são criados os primeiros sindicatos, que enfrentam a exploração do trabalho de mulheres e crianças e os baixos salários, propondo a defesa dos direitos trabalhistas e pressionando pelas leis protetoras diante da pobreza (*poor laws*). O ano de 1848 foi um momento de violentas comoções sociais em toda a Europa. Neste período, Marx e Engels elaboraram o Manifesto Comunista, a pedido da Liga dos Comunistas, e o bispo de Mogúncia, von Ketteler, pronunciou os sermões de advento sobre o tema da questão operária. Na mesma ocasião, o líder católico Frederico Ozanam, em artigo para uma revista francesa, lançou seu chamado “Passemos aos bárbaros”. Para ele, a Igreja Católica, como o fizera nos séculos VIII e IX, deveria deixar as velhas alianças e ir ao encontro da classe operária e da República.<sup>1</sup>

Mas essa Igreja, enredada com seus apoios às monarquias e às aristocracias no poder, permanecia na defensiva diante tanto do novo mundo capitalista industrial que ia surgindo, quanto do proletariado que dentro dele se mobilizava. Assim, quando em 1891 o papa Leão XIII publicou sua carta encíclica sobre a questão social, com o título “Sobre as coisas novas” (*Rerum Novarum*), isso era novidade para boa parte dos círculos da Igreja, mas não para lideranças dos movimentos sindicais e políticos da época, cujos bisavós provavelmente tinham lutado em 1830 nas barricadas de Paris, seus avós novamente em 1848 e os pais, talvez, na Comuna de 1870. É verdade que alguns líderes católicos vinham tratando do tema,

como o próprio von Ketteler, que em 1864 escrevera sobre “A questão operária e o cristianismo”, mas também haviam leigos como Albert de Mun, na França, Toniolo, na Itália ou o Cardeal Manning, na Inglaterra (Roos, 1993: 56-65; Ávila, 1972 e 1991). A encíclica social do papa teria discreta acolhida, sendo boicotada, inclusive, por igrejas locais (não foi distribuída, por exemplo, no México). O Concílio Plenário da Igreja Católica latino-americana, que se reuniu em Roma entre maio e julho de 1899, tratou de problemas internos de fé e de doutrina e do assunto candente das relações entre Igreja e Estados, mas não dos temas sociais (König, 1993: 132-144).

Entretanto, sempre é possível encontrar, como no caso de Ozanam, figuras que se adiantavam ao seu tempo. Assim, no Brasil, o padre Júlio Maria escreveu em artigo do mesmo ano de 1899: “Como no mundo inteiro, hoje no Brasil não há, não pode haver senão duas forças: a Igreja e o povo (...) a questão social (...) é a questão por excelência, porque ela afeta os interesses fundamentais do homem e da sociedade (...) (há que) mostrar aos pequenos, aos pobres, aos proletários que eles foram os primeiros chamados pelo Divino Mestre, cuja Igreja foi logo, desde o início, a Igreja do povo; (...) enfim – unir a Igreja ao povo” (Maria, 1950: 244-247).

Depois de 40 anos da primeira encíclica, o papa Pio XI voltou ao problema com *Quadragesimo Anno*, em 1931, logo após a crise econômica internacional, sob o impacto da revolução soviética e da ascensão do fascismo na Itália. Pio XII tocaria lateralmente nas Mensagens de Natal de 1944 e 1945, mas o tema seria central com João XXIII (*Mater et Magistra e Pacem in Terris*), Paulo VI (*Populorum Progressio*), o Concílio Vaticano II (*Gaudium et Spes*), até João Paulo II (*Sollicitudo Rei Socialis, Laborem Exercens e Centesimus Annus*).

No Brasil, no começo do século, a questão social foi levantada como bandeira por lideranças sindicais anarquistas e, logo depois, socialistas e marxistas. Para o governo da República Velha, seria considerada “questão de polícia”. Nos meios religiosos, a Ação Católica tratou dela, nos anos 30, através da Juventude Operária Católica (JOC), que se espalhava por muitas cidades de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Alceu Amoroso Lima, presidente da Ação Católica, naquele período, foi influenciado pelo “distributivismo” de Chesterton, que propunha a multiplicação de pequenas propriedades, e escreveu *Problema da Burguesia* (1932) e mais tarde *O Problema do Trabalho* (1946) (Souza, 1984:58-64, 91-93).

O tema adquiriu importância na Juventude Universitária Católica (JUC), organismo especializado da Ação Católica que, em 1954, escolheu como programa nacional a temática da “universidade e a questão social”. Nesse mesmo ano, veio ao Brasil o padre Lebre, frade dominicano francês, que lançara no pós-guerra sua organização “Economia e Humanismo” e assessorava diversos governos nacionais (Senegal, Líbano) e locais (São Paulo, Montevideu e Bogotá). Para ele, tratava-se de construir uma economia solidária e de planejar administrações públicas a serviço do bem comum. Lebre teria grande influência tanto na JUC como diante de um bom número de jovens profissionais católicos.<sup>2</sup>

Já em 1950, o bispo de Campanha, Minas Gerais, dom Inocêncio Engelke, ligado à Juventude Agrária Católica, tinha lançado sua carta-pastoral: “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”. O tema, sempre polêmico, dividia a Igreja. Dez anos depois, em direção contrária, outros bispos, Castro Mayer de Campos e Proença Sigaud de Diamantina, juntamente com dois leigos, um deles o líder da TFP – Tradição, Família e Propriedade, Plínio Correia de Oliveira, escreveriam, contra a proposta, o livro *Reforma agrária, problema de consciência*, opondo-se a qualquer política de reformas sociais, em nome do velho integralismo católico.

Reuniões de bispos do Rio Grande do Norte (1951), da Amazônia (1952 e 1957) e do Vale do São Francisco (1952) trataram dos temas do desenvolvimento, da reforma agrária e das migrações. Em 1956, realizou-se uma reunião no Nordeste, com dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do governo, a qual, segundo o testemunho do próprio presidente Kubitschek, esteve na origem da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Nesses anos de rápidas transformações, foi ficando evidente a estrutura social crescentemente desigual e polarizada do Brasil, que se caracterizava por ser um país em desenvolvimento, com capas enormes de pobreza e, nos termos da época, dramática marginalização social.

Uma mensagem da Comissão Central da CNBB, de julho de 1962, afirmava que: “Ninguém desconhece o clamor das massas que, martirizadas pelo espectro da fome, vão chegando, aqui e acolá, às raias do desespero(...) o povo da cidade e dos campos começa a compreender que, sem a participação na vida das instituições e da própria sociedade, jamais será libertado do estado de ignomínia em que se encontra.”

O Estado tratava de ir desenvolvendo suas políticas públicas em educação, saúde e habitação, sendo que a sociedade debatia as chamadas “reformas de base”. Em 30 de abril de 1963, um ano antes do golpe-de-estado, os bispos voltaram ao problema em nova mensagem: “Nossa ordem é, ainda, viciada pela pesada carga da tradição capitalista, que dominou o ocidente nos séculos passados. É uma ordem de coisas na qual o poder econômico, o dinheiro, ainda detém a última instância das decisões econômicas, políticas e sociais. Exigem-se profundas e sérias transformações.” E enumerava, a seguir, a questão rural, a reforma da empresa, a reforma tributária, a reforma administrativa, a reforma eleitoral e o problema educacional. Agenda aliás, mais de 30 anos depois, de uma atualidade impressionante e que mostra o pouco que se avançou desde então em matéria de políticas sociais. Nesses anos, produziu-se uma enorme fermentação social, polarizando-se as opções ideológicas e políticas. Dirigentes cristãos estiveram presentes nas atividades de educação popular (iniciativas de Paulo Freire, do Movimento de Cultura Popular de Recife, do Movimento de Educação de Base da CNBB, etc.), de sindicalização popular e em diferentes mobilizações sociais. O golpe de 64, logo depois, tratou de interromper esse processo incômodo para o sistema (Souza, 1984:64-70).

Assim a Igreja, como instituição, às vésperas de abril de 1964, tomava posição a favor das reformas sociais. Um bom número de seus membros – especialmente militantes ou ex-militantes da Ação Católica – participavam dos processos de mudança. Mas não se pode esquecer que outros católicos se mobilizaram em direção contrária, através das Marchas com Deus pela Família e pela Liberdade, com apoio de figuras importantes do episcopado, no combate ao que julgavam ser o perigo da subversão da ordem. No momento do golpe, a Igreja, no dizer de um autor, ficaria “na corda bamba”. Vários cristãos foram presos, se asilaram em embaixadas ou partiram para o exílio, enquanto outros fariam parte do primeiro governo militar ou dos órgãos de repressão. A própria CNBB, em sua mensagem de 27 de maio de 1964, estranhamente declarava: “Agradecemos aos militares, que com grave risco de suas vidas (sic) se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação e gratos somos a quantos concorreram para libertar-nos do abismo iminente.” Mais adiante, entretanto, fez

uma defesa corporativa de alguns de seus membros: “Não aceitamos e nem podemos aceitar nunca a acusação injusta, generalizada, gratuita, velada ou explícita, pela qual bispos, sacerdotes, fiéis ou organizações, como por exemplo a Ação Católica e o MEB são comunistas ou comunizantes”. Deve-se ressaltar que os conflitos sociais, que atravessam a sociedade, também dividem a Igreja e aí re-fratam seu espectro ideológico (Souza, 1994:130-136). Esta é uma instituição inserida na vida social e sujeita às pressões dos interesses contraditórios.

Durante os anos do pacto autoritário (1964-1985), a Igreja esteve ativamente presente no cenário político, tanto na defesa dos direitos humanos e na denúncia da tortura ou da Lei de Segurança Nacional, quanto como espaço de organização social. Logo começaram os conflitos entre setores da Igreja e o governo militar (Volta Redonda, Crateús, Goiás, São Félix do Araguaia, Conceição do Araguaia, São Paulo, etc.). As Comissões Justiça e Paz, no âmbito nacional ou de alguns estados (especialmente a de São Paulo) vão intervir diante da violação de direitos, tentativas de expulsão de sacerdotes e de um bispo (dom Pedro Casaldáliga), prisões de cristãos, conflitos de terra, etc.

Nesse momento, os espaços de associação ficaram fortemente cerceados. Após duas tentativas de greves em 1968 (Osasco e Contagem), começou um tempo de dificuldades para o movimento sindical. Passaram-se dez anos para que ocorressem as grandes mobilizações do ABC paulista, a partir de 1978 e 1979. Dissolvidos os partidos políticos em 1966, estes foram substituídos por um bipartidismo artificial e estreito. Quase não havia lugar, na sociedade civil, para associações livres. E com as medidas ortodoxas, que tinham a pretensão de preparar o “milagre econômico brasileiro”, aumentava o desemprego e diminuía o poder aquisitivo dos salários. Na área acadêmica, um espaço aberto à crítica foi constituído pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), com seus enormes congressos anuais. Na sociedade se faziam presentes a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e, cada vez mais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Além disso, o espaço da Igreja Católica tornou-se um dos poucos lugares possíveis de reunião e de articulação de interesses populares, num tempo de sociedade civil rarefeita. O povo, tradicionalmente religioso, encontrava-se nos lugares de culto para suas celebrações, e ali ia tratando também de seus problemas concretos e cotidianos: terra para trabalhar, teto para viver, educação para os filhos, saúde, salários, emprego, transportes, etc. Nos setores populares, não ocorre tão claramente a separação dos lugares sociais que a modernidade foi introduzindo:

lugar político, cultural, religioso, privado, etc. Para eles, tudo está unido num mesmo lugar vital, podendo passar, praticamente sem transição, da reza à festa, ou à discussão dos problemas de saúde e de emprego. Assim, nas comunidades religiosas dos anos 70, articulavam-se estreitamente a vida social e a religiosa. Surgem, então, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em que se estreitam Fé e Vida (Mainwaring, 1989:101-134; Bruneau, 1974). Isso não nasceu de uma elaboração abstrata, mas sim de uma experiência concreta, ligada a uma conjuntura política e social. A Teologia da Libertação, que foi se constituindo na América Latina entre 1968 e 1971, seria teoricamente a expressão e a consequência dessa relação. No dizer de Gustavo Gutiérrez, um de seus iniciadores, tentaria ser “uma palavra coerente com uma prática” (Gutiérrez, 1979:177).

Em 1972, durante uma reunião de bispos e agentes pastorais da Amazônia, nasceu uma instituição que três anos mais tarde tornar-se-ia a Comissão Pastoral da Terra (CPT), articulada de maneira flexível à CNBB. Ela estaria presente desde então nos diferentes conflitos do campo e daí sairiam muitos quadros para os sindicatos rurais, na origem da chamada oposição sindical. Não foi por acaso que a CPT passou a ser alvo preferido das ameaças, ações e pressões nos anos seguintes por parte tanto do Ministério da Justiça quanto das associações de proprietários com suas milícias privadas. A presidência da Comissão estava nas mãos de bispos (D. Moacyr Grecchi, do Acre, e Purus ou d. José Gomes, de Chapecó), que inclusive receberam ameaças de morte. O caráter ecumênico da organização, nesses primeiros anos, era mantido por um vice-presidente de uma Igreja Evangélica. A CPT espalhou-se por todo o país e foi um dos órgãos mais ativos na denúncia da violência rural.

Ainda em 1972, começaram as atividades do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), logo conhecido internacionalmente pela defesa das nações indígenas ameaçadas pelo genocídio e pela expulsão de suas reservas históricas. Dom Tomás Balduino, de Goiás, foi um dos primeiros presidentes do Conselho. Outras pastorais foram se reorganizando: a Pastoral Operária, que continuou o trabalho anterior da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica Operária (ACO); a Pastoral Universitária, que retomou o trabalho da Juventude Universitária Católica (JUC), praticamente dissolvida pelos bispos em 1967; além de diversas Pastorais da Juventude, que se desenvolveram nas várias regiões do país, como a Pastoral da Juventude dos Meios Populares, a Pastoral da Juventude Rural, etc. (Souza e Chaponay, 1990:586-591). A Igreja, historicamente, sempre esteve ligada à educação, com uma grande rede de estabelecimentos de ensino. Foi participando também de novas experiências de

educação popular, como o já citado Movimento de Educação de Base – MEB. Iniciativas da pastoral da saúde trataram de unir as práticas científicas com a medicina popular, recuperando algumas de suas tradições. Diversas pastorais foram surgindo – dos migrantes, dos pescadores, da mulher marginalizada – ampliando-se assim o espectro da intervenção da Igreja na sociedade.

Vale indicar uma característica nova de algumas dessas experiências. A antiga Ação Católica tinha uma organização centralizada, com direções diocesanas, nacionais e inclusive internacionais (JOC Internacional, JEC Internacional, etc.). Era o estilo próprio da estruturação do mundo industrial moderno, com suas grandes empresas, centrais sindicais, aglomerados urbanos, burocracias estatais, etc. O ano de 1968, a partir dos jovens, sinalizou uma crise desse mundo moderno concentrado, piramidal e burocrático, tanto no modelo capitalista das multinacionais, quanto do socialismo real estatista e autoritário. Com as transformações tecnológicas da informática e a crítica ao mundo massificado e cada vez mais asfixiante, vai se configurando um mundo pós-industrial, que busca desenhos descentralizados e unidades menores, tanto de produção quanto de vida e de decisão. Essas novas experiências procuravam adequar-se às diversidades regionais e locais e às diferentes práticas das regiões urbanas e rurais do país. Assim, as CEBs não se constituíram em um movimento nacional igual aos anteriores, mas sim como uma rede flexível e diversificada de iniciativas de Igrejas locais. Uma CEB de Crateús era diferente de outra de Goiás, de Vitória ou da periferia de São Paulo e encontravam-se periodicamente, nos chamados Encontros Intereclesiais, para trocas de experiências e reflexão comum, mantendo entretanto suas identidades próprias (Souza, 1992:5-11). Durante os anos 70, ficaram evidentes, nas CEBs, as resistências populares, as reivindicações e as mobilizações sociais. Aliás, o período compreendido entre a reunião latino-americana dos bispos católicos em Medellín (1968) e a seguinte em Puebla (1979) foi um momento privilegiado de presença da Igreja da região nos problemas sociais e políticos. Essa Igreja, acusada tantas vezes de chegar atrasada ao cenário dos conflitos sociais dos últimos séculos, parecia então bastante adequada à consciência histórica desses tempos.

A problemática rural foi sempre um dos eixos centrais da questão social brasileira. A CNBB, em sua Assembléia de 1980, aprovou uma declaração sobre *Igreja e os problemas da terra*, que despertou fortes reações nos ambientes conservadores e nos setores dirigentes do sistema, uma vez que relativizava, a partir de sua doutrina mais tradicional, o direito de propriedade, subordinando-o ao uso e à destinação universal dos bens. *Suas Diretrizes da ação pastoral*, de 1983 e de 1987, enfatizaram a necessi-

dade de transformações estruturais, bem como a declaração de 1988, *Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura*, e a do ano seguinte, *Exigências éticas da ordem democrática*. Este último documento afirma que: “A democracia não se realiza, de fato, quando o sistema econômico exclui parcelas da população dos meios necessários a uma vida digna.”<sup>3</sup>

Com estas últimas declarações, já estamos saindo do pacto autoritário para os anos recentes da transição para a democracia. Mudou então totalmente o cenário político. Os novos partidos, que vinham se estruturando, retomam sua posição de centralidade. Os sindicatos reorganizam-se, fortalecidos com as mobilizações do começo da década. Brotam por todas as partes movimentos sociais criativos. É um tempo de intensa mobilização na sociedade civil. A Igreja, que nos tempos do pacto autoritário, na expressão de um de seus membros, fora “a voz dos sem voz”, teve de reaprender a conviver com outros espaços de organização social e deixar para eles muitas iniciativas que vinha fazendo supletivamente. Por outro lado, várias de suas lideranças encaminharam-se para as atividades partidárias, sindicais ou dos movimentos sociais. Analistas apressados previram então que a Igreja perderia a importância que tinha tido até então no cenário político e social. Alguns de seus dirigentes, inclusive, não esconderam uma certa nostalgia por um tempo de aparente hegemonia sem rivais. É verdade que, na nova situação, a Igreja poderia se voltar mais para suas tarefas diretamente religiosas, mas permaneceria como uma importante escola de quadros para a vida em sociedade, de onde seguiriam saindo lideranças sociais e políticas (Souza, 1982:237-246). Por outro lado, nos anos 80 e seguintes, ao contrário do que tinham vaticinado as teorias da secularização, as religiões mantêm uma centralidade decisiva na sociedade e uma enorme força de convocação (Souza, 1986:2-15).

Pesquisando a origem de dirigentes de movimentos sociais, políticos e sindicais, nota-se que uma parte significativa deles foi formada nas pastorais da Igreja. Assim, por exemplo, muitas lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vieram, na década anterior, das pastorais de juventude do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e, mais recentemente, têm origem nas diferentes pastorais populares de todo o país. Situação idêntica ocorreu em relação aos posseiros do Norte e Centro-Oeste, nos anos 70, quando foi grande a influência das CEBs e da CPT. Igual realidade verifica-se no que se refere à sindicalização rural, aos movimentos urbanos contra o custo de vida, às associações de bairro, etc.

As pastorais desenvolvem uma pedagogia de compromisso e de inserção na sociedade, encaminhando

seus membros para uma presença ativa nos processos de mudança social. O mesmo ocorre, no âmbito local, com um bom número de vereadores em centenas de municípios, assim como membros ativos nos conselhos de saúde e do menor. Considerações semelhantes poderiam ser feitas em relação à presença em partidos políticos. Vale indicar que uma pesquisa, durante o Encontro Intereclesial das CEBs de 1986, constatou, entre os delegados, que mais de 70 tinham sido candidatos a postos eletivos e que 118 participantes eram filiados ao PT, 69 ao PMDB, 11 ao PDT, 7 ao PDS e 4 ao PFL (Betto, 1986:582-584; Souza, 1982:247-268). No Encontro Intereclesial, em julho de 1997, realizado em São Luiz do Maranhão, 1.406 participantes (40% dos presentes) estavam filiados a 220 partidos diferentes, sendo a maioria ao PT (710), PMDB (39), PSB (38), PDT (33), PSDB (24) e PFL (19). Verifica-se que há presença em vários partidos, ainda que a concentração maior esteja naturalmente no Partido dos Trabalhadores (entre as várias tendências dentro deste partido, às vezes fala-se dos “igrejeiros”). Entretanto, é interessante notar que este segmento não constitui, no parlamento ou nos movimentos sociais, um “bloco católico”, como visto na formação de um “bloco evangélico”. Por um lado, os membros da Igreja têm posições diversificadas, mas, além disso, desde os tempos da Ação Católica, houve resistência à formação de um partido católico, como ocorreu em outros países da América Latina (Chile, Venezuela). Em reação a um velho integrismo nostálgico dos tempos de cristandade, desenvolveram-se um pensamento e uma prática que privilegiaram a presença de cristãos em movimentos e organizações pluralistas (Souza, 1984:61).

Uma intensa mobilização tem se realizado nos últimos anos, em torno das Semanas Sociais Brasileiras, patrocinadas pela Pastoral Social da CNBB. A primeira, em 1991, tratou do tema do trabalho e a segunda, em 1994, teve como título *Brasil: alternativas e protagonistas. Por uma sociedade democrática*. Realizam-se reuniões locais, regionais e finalmente um grande encontro nacional. Como indicou a proclamação da 2ª Semana, tratava-se de “buscar com ampla participação de brasileiros de todas as regiões, alternativas e protagonistas para o Brasil que todos queremos (...) Apostar na construção da cidadania significa afirmar a urgência de se concretizar, e para todos os cidadãos, o acesso à terra, à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao conjunto de direitos sociais básicos” (CNBB, 1994:154-156).

Outra iniciativa do setor de pastoral social da CNBB, com a participação do MST, da CUT e da Central dos Movimentos Populares, foi a mobilização, no dia de comemoração da Independência, do chamado “grito dos ex-

cluídos”, que cada ano chama a atenção para alguns problemas sociais graves. Teve sua origem em 1987, por ocasião de uma romaria de trabalhadores a Aparecida, adquirindo sua configuração atual a partir de 1995. Neste ano, vários acontecimentos estão sendo lembrados: massacres, violência policial e contra os índios, corrupção e compra de votos, política de privatizações, parcialidade da justiça.<sup>4</sup> Aliás, as romarias têm sido revalorizadas como momentos de tomada de posição popular. Tradicionalmente, elas se realizam em lugares históricos, dentro dos ritmos da religiosidade popular: Bom Jesus da Lapa, Juazeiro, Aparecida. Mais recentemente, as romarias da terra, como a marcha de lavradores de Ronda Alta a Porto Alegre, têm buscado articular esses momentos de fé com reivindicações e lembranças de resistências populares. Numa sociedade de massas, é a ocasião de visibilizar os temas candentes da questão social.

Participação, solidariedade e cidadania são palavras-chave em todas essas atividades mobilizadoras, contribuindo decisivamente para construir um espaço público em que sociedades civil e política, através das iniciativas dos movimentos e do Estado, questionam a realidade social e elaboram políticas sociais capazes de refazê-la em profundidade. A Igreja, por seus membros e suas instituições, vem a ser um dos atores decisivos na arena político-social. É necessário considerá-la com suas divisões internas, suas contradições, limites e instituições criadoras.

Essa presença na vida social é tanto mais importante quando uma ideologia dominante tende a minimizar a importância da questão social e das políticas sociais, em nome de medidas de mera profilaxia econômica. Um comunicado da CNBB, de 29 de fevereiro de 1996, interpelava enfaticamente os poderes públicos: “basta de sacrificar vidas para salvar planos econômicos” (CNBB, 1996:87).

## NOTAS

E-mail do autor: ceriscnbb@ax.ibase.org.br

1. Os dois últimos séculos tiveram cada um seu ano decisivo: 1848 e 1968 foram sacudidos por mobilizações sociais em vários países ao mesmo tempo. No último, foram os jovens e a rebelião cultural; no primeiro, o proletariado que surgia. Ozanam fez o paralelo com a atitude da Igreja diante da decadência do império romano quando abandonou “o trono carunchado de Bizâncio” e foi ao encontro dos povos “bárbaros” que vinham do Oriente. Para ele, os novos bárbaros, com vigor histórico, eram a classe operária nascente e a República. Ver Souza (1982:299-304).

2. Nas comemorações do centenário de seu nascimento, o pensamento do padre Lebreton vem sendo recuperado por sua enorme atualidade, como antídoto ao economicismo reinante em tantos círculos de pensamento. Foi pioneiro, entre nós, em projetos de planejamento, a partir de sua assessoria a São Paulo. Ver Souza (1984:114-117).

3. Ver a coleção “Documentos da CNBB”, com 42 volumes, publicados pelas Edições Paulinas, em que estão reunidas as inúmeras declarações dos bispos. O texto citado está no volume 42, n. 69.

4. Ver abundante documentação, CNBB, 1997.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁVILA, F.B. de. *O pensamento social dos cristãos antes de Marx: textos e comentários*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Pequena enciclopédia da doutrina social da Igreja*. São Paulo, Loyola, 1991.
- BETTO, F. "As CEBs e o projeto político popular". *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, Vozes, v.46, fasc. 183, setembro 1986.
- BOFF, C. et alii. *As comunidades de base em questão*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1997.
- BRUNEAU, T. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974.
- CARITAS. *Sobrevivência e cidadania*. Brasília, Ed. Univ. de Brasília, 1995.
- CNBB. *Brasil: alternativas e protagonistas. Por uma sociedade democrática*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Comunicado mensal*. Brasília, ano 45, n.498, jan.-fev. 1996.
- \_\_\_\_\_. *O grito dos excluídos*. Brasília, boletim n.12, jun. 1997.
- GUTIÉRREZ, G. *La fuerza histórica de los pobres*. Lima, CEP, 1979.
- KÖNIG, H.J. "A questão social na América Latina e no Brasil. Fins do século XIX, inícios do século XX". In: SCHÜHL, K., KÖNIG, G. e SCHNEIDER, J.O. (orgs.). *Consciência social: a história de um processo através da Doutrina Social da Igreja*. São Leopoldo, Ed. Unisinos, 1993.
- MAINWARING, S. *Igreja Católica e política no Brasil, 1916-1985*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- MARIA, P.J. *O catolicismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Agir, 1950.
- ROOS, L. "A procura do caminho na história da Doutrina Social Católica na Europa". In: SCHÜHL, K. et alii. Op. cit., 1993.
- SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 1993.
- SOUZA, L.A.G. de. *Classes populares e Igreja nos caminhos da história*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. "Secularização em declínio e potencialidade transformadora do sagrado". *Religião e sociedade*. Rio de Janeiro, Iser, 13/2, julho 1986, p.2-16.
- \_\_\_\_\_. "Centralização ou pluralidade? O caminho criativo das CEBs". *Mutações sociais*. Rio de Janeiro, Cedac, ano 1, n.1, julho-setembro 1992, p.5-11.
- \_\_\_\_\_. "O papel dos leigos na luta pela liberdade". In: RAPOSO, E. (coord.). *1964 – 30 anos depois*. Rio de Janeiro, Agir, 1994, p.130-136.
- SOUZA, L.A.G. de. e CHAPONAY, H. de. "Église et société au Brésil: le rôle des communautés ecclésiales de base et des pastorales populaires". *Revue Tiers Monde*. Paris, Iedes, t. XXXI, n.123, jul.-set. 1990.